

**36352-2008-651-09-00-1 – 2ª TURMA**

**Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU**

**Publicado no DEJT em 15-10-2010**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS - CONVÊNIO COM CATADORES - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO** - A Justiça do trabalho é competente para julgar Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, com a finalidade de obter do réu a apresentação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos e, conseqüentemente, a implantação de programa permanente de separação seletiva dos resíduos sólidos recicláveis e a celebração de convênio com as organizações de catadores formalmente constituídas. A pretensão tem como objetivo a valorização do trabalho (art. 1º, IV, e 6º da CF) e a proteção do direito-dever ao não trabalho, da criança e do adolescente, de que tratam os artigos 7º, XXXIII, da CF e 403 da CLT, e, portanto, a matéria se inclui no âmbito de competência desta Justiça Especializada, conforme art. 114, I e IX, da CLT. A Lei Complementar 75/1993, art. 83, III e V, afasta qualquer dúvida de que a ação inclui-se no rol de atribuições do Ministério Público do Trabalho e no âmbito de competência desta Justiça Especializada. Recurso ordinário do autor a que se dá provimento para declarar a competência material desta Justiça Especializada e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para análise do feito.

**30909-2011-016-09-00-0 – 7ª. TURMA**

**Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA**

**Publicado no DEJT em 24-07-2012**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM A INCLUSÃO DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 114, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.** A leitura do artigo 114, inciso I, da Constituição da República deve considerar o conceito moderno de trabalhador, como toda pessoa que exerça atividade lícita que lhe assegure o sustento próprio ou da família, ainda que se trate de relação de trabalho difusa, em prol da sociedade como um todo. A persecução dos princípios basilares e dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, elencados nos artigos 1º e 3º da Constituição de 1988, impõe uma abordagem transdisciplinar, cuja competência perpassa pelos diversos segmentos do Poder Judiciário, quando provocados. A ação civil pública proposta com finalidade de impor ao réu a obrigação de implementar plano de gerenciamento de resíduos sólidos que contemple o aspecto social de inclusão de associação de catadores, visando à melhoria das condições desses trabalhadores e, conseqüentemente, à erradicação do trabalho infantil, é matéria afeta à competência da Justiça do Trabalho, ainda que

paralelamente se preste à proteção do meio ambiente. A Justiça do Trabalho não pode ignorar as condições de trabalhadores, inclusive crianças, que acabam por prestar serviços à sociedade.